



**CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SIMÕES FILHO E A
EMPRESA MATERIA PRIMA COMERCIAL DE
ALIMENTOS LTDA-ME.**

O **MUNICÍPIO DE SIMÕES FILHO**, inscrito no CNPJ sob o nº 13.927.827/0001-97, com sede na Praça 07 de novembro, nº 359, Centro, CEP 43.700-000 – Simões Filho – Bahia, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Serviços Públicos, Sr. Danilo Gonçalves Santos da Costa, brasileiro, portador do CPF nº 025.855.515-71 e do RG nº. 0985966327 SSP/BA, doravante denominado **CONTRATANTE**, conforme prerrogativas que lhe confere a Lei municipal nº 790/09, e do outro lado a empresa **MATERIA PRIMA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA-ME**, situada à Av. Queira Deus nº 895-915, galpão 34, Portão, Lauro de Freitas-BA, CEP 42.700-00, inscrita no CNPJ sob o nº 34.262.220/0001-05, neste ato representada pela **Sra Sandra Maria Grangeon Galvão**, brasileira, profissão, portadora do R.G. nº 00610054-60 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 562.565.827-72, a seguir denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato para aquisição de refeições prontas, autorizado pelo despacho constante no Processo Administrativo nº **9732/2015**, na modalidade Pregão Presencial nº **007/2016**, que se regerá pelas Lei Municipal nº 973/2015, Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, subsidiariamente aplicada, as quais as partes se sujeitam a cumprir; e também sob os termos e condições estabelecidas na proposta apresentada pela empresa, que é parte integrante deste Contrato, independente de transcrição, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 Constitui objeto deste Contrato o Fornecimento de **REFEIÇÕES PRONTAS** (tipo Quentinhas), para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Simões Filho/BA.
- 1.2 A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 2.1 Fica estipulado em **R\$ 437.760,00** (quatrocentos e trinta e sete mil, setecentos e sessenta reais) o valor total a ser pago à **CONTRATADA** pelo **CONTRATANTE**.
- 2.2 O pagamento devido à **CONTRATADA** será efetuado, mensalmente, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, após o atesto da Nota Fiscal, no valor e condições estabelecidas neste contrato.
- 2.3 Havendo erro na nota Fiscal/fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da mesma será suspensa para que a **CONTRATADA** tome as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada para efeito de pagamento a data de reapresentação do documento em questão, corrigido e atestado.
- 2.4 O preço global a ser pago à **CONTRATADA** será Fixo, incluindo todas as despesas tais como: as correspondentes à mão-de-obra, aquisição e transporte de materiais, utilização de máquinas e equipamentos, tributos, emolumentos, seguros – inclusive contra acidentes de trabalho, encargos sociais e trabalhistas de qualquer natureza, para a execução do objeto do presente instrumento.
- 2.5 Não será aceita cobrança posterior de qualquer tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura da licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto deste contrato, na forma da lei.
- 2.6 Em nenhuma hipótese o **CONTRATANTE** pagará valores adicionais à **CONTRATADA**, que não tenham sido prévia e expressamente autorizados, através de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

- 3.1 O prazo de execução do contrato será de 07 (sete) meses e 18 (dezoito) dias, contados a partir da assinatura deste instrumento, iniciando-se, em 13.05.2016 e encerrando-se em 31.12.2016.


PROCURADORIA JURÍDICA
P.M.S.F.



3.1.2 Este prazo poderá ser prorrogado, a critério da unidade administrativa solicitante, mantidos todos os direitos, obrigações e responsabilidades, desde que ocorra qualquer um dos motivos relacionados no art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93, prorrogação essa que deverá ser devidamente justificada e autuada em processo.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte programação financeira:

UNIDADE	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO	FUNTE	VALOR
03.17.000	2019	33.90.30	00	437.760,00

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 As Refeições Prontas (tipo Quentinhas) deverão ser entregues, conforme abaixo:

5.1.1 Refeições da SESP

Entrega de segunda a sábado às 11h00, para o almoço, no endereço;

- Casa do Gari: Rua Marechal Hermes da Fonseca, s/n – Ponto Parada

5.2 As refeições deverão ser entregues atendendo estritamente: ao cardápio, à gramatura per capita mínima e às quantidades definidas pela Secretaria solicitante, conforme Ordem de Fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. Entregar na data aprazada, local e horários determinados as refeições de acordo com as especificações constantes no edital de licitação e no presente contrato.

6.2 Permanecer, durante a execução do contrato e até a desvinculação das obrigações assumidas, devidamente registrada no Conselho Regional de Nutricionistas de sua jurisdição, e possuir Nutricionista responsável técnico, registrado no respectivo Conselho de Classe.

6.3. Responder, por quaisquer danos que venha a causar à União, Estado, Município ou a terceiros, em função do objeto do contrato firmado.

6.4. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas sem qualquer ônus ao CONTRATANTE.

6.5. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução do fornecimento do material, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados ao CONTRATANTE no prazo de 48 horas do fato, ou da ordem expressa e escrita do mesmo.

6.6. Manter durante toda a execução do contrato as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.7. Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato.

6.8. Promover, por sua conta e risco, o transporte e entrega dos alimentos, em perfeito estado de conservação, embalado em isopor branco com tampa descartável, acompanhadas de talheres descartáveis resistentes: garfos, facas, colheres em quantidade suficiente e de acordo com o número de refeições.

6.9. Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão de obra para execução completa eficiente do transporte dos bens.

6.10. Reparar, corrigir, remover, ou substituir, total ou parcialmente, as suas expensas, as refeições objeto deste contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de material ou equipamentos inadequados ou não correspondentes às especificações.





6.11. Permitir e garantir a entrega dos elementos necessários à verificação e fiscalização do exercício profissional por ela desempenhado.

6.12. Acatar as normas e condições do edital e anexos que integram este contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

7.1. Dar ciência à CONTRATADA de quaisquer modificações que venham a ocorrer neste contrato.

7.2. Recusar os itens entregues fora das especificações exigidas ou quando não esteja em conformidade com os padrões de qualidade e prazos de validade, dando ciência dos motivos de recusa à CONTRATADA que assumirá todas as despesas daí decorrentes.

7.3. Atestar as notas fiscais/faturas, por servidor competente, emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas.

7.4. Fiscalizar a execução do contrato.

7.5. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições de procedimento.

7.6. Emitir a Ordem de Fornecimento no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes da entrega, contendo o quantitativo das Refeições Prontas.

CLÁUSULA OITAVA – DA FACULDADE DE EXIGIBILIDADE

8.1 Fica estabelecido que, na hipótese do CONTRATANTE deixar de exigir da CONTRATADA qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

CLÁUSULA NONA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

9.1 O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1 A **CONTRATADA** que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções cíveis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

10.1.1 **Advertência** sempre que forem constatadas infrações leves.

10.1.2 **Multa** por atraso injustificado na execução dos serviços, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- a) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;
- b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado;
- c) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

10.1.2.1 As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor da prestação do serviço, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Administração.





10.1.3 **Suspensão** temporária do direito de cadastrar e licitar no prazo máximo de 02 (dois) anos aos que incorrerem nos ilícitos previstos abaixo:

- a) admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, durante a execução do contrato celebrado com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- b) Incorrer em inexecução do contrato;
- c) Frustrar, injustificadamente, licitação instaurada pela Administração;
- d) Cometer fraude Fiscal;

10.1.4 **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, aos que incorrerem nos ilícitos previstos abaixo:

- a) haver concorrido, comprovadamente, para a consumação de ilegalidade, obtendo vantagem indevida ou se beneficiando, injustamente, das modificações ou prorrogações contratuais;
- b) ensejar a sua contratação pela Administração, no prazo de vigência da suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade;
- c) fraudar, em prejuízo da Administração, os contratos celebrados:

- c.1). Elevando arbitrariamente os preços;
- c.2). Vendendo, como verdadeiro e perfeito, bem falsificado ou deteriorado;
- c.3) Executando serviço diverso do contratado;
- c.4). Alterando qualidade ou quantidade do serviço;
- c.5). Tornando, injustificadamente, mais oneroso o contrato;

10.2 A declaração de inidoneidade será aplicada, após processo administrativo regular, às empresas e aos profissionais que:

10.2.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude no recolhimento de quaisquer tributos.

10.2.2 tenham praticados atos ilícitos, visando a frustrar os princípios e objetivos da licitação;

10.2.3 demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a administração, em virtude de atos ilícitos praticados;

10.2.4 tenham sofrido condenação definitiva por atos de improbidade administrativa, na forma da lei.

10.3 As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pela licitante ou contratada e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

10.4 As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor da prestação do serviço, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Administração.

10.5 A declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Prefeito, ou de quem dele receber delegação, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1. Para segurança do CONTRATANTE quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA deverá optar, como condição para assinatura do CONTRATO, por uma das modalidades de garantia contratual previstas no § 1º do art. 56 da Lei 8.666/93, no percentual de 5% (cinco por cento) do preço global contratado. A garantia prestada na modalidade fiança bancária somente será aceita se emitida por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil.

11.2. A garantia contratual deverá ter validade durante toda a vigência do CONTRATO.


PROCURADORIA JURÍDICA
P. M. S. F.





11.3. Caso o valor ou prazo da garantia seja insuficiente para garantir o presente CONTRATO, a CONTRATADA providenciará, compulsoriamente, tantos aditamentos quantos forem necessários até o término da vigência do CONTRATO.

11.4. A garantia prestada pela CONTRATADA só será liberada ou restituída após o término da vigência do presente CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no artigo 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste contrato.

12.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

12.3 No caso de rescisão deste contrato, a CONTRATADA receberá apenas o pagamento do serviço já entregue e aprovado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1 O CONTRATANTE, através das Secretarias Municipais de Administração, Serviços Públicos, Infra Estrutura e Saúde, ficam investidos dos mais amplos poderes para fiscalizar toda a execução do objeto, impugnando quaisquer erros ou omissões que considerem em desacordo com as obrigações da CONTRATADA, designando para tanto o servidor:

ISMAEL DAVI DOS REIS, matrícula n. 936100 (Secretaria Municipal de Serviços Públicos);

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

14.1 Os tributos (impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato, ou da sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

14.2 O ISS devido pela CONTRATADA à Fazenda Municipal, em razão do faturamento de serviços abrangidos por este contrato, deverá ser retido na fonte pagadora por se tratar de responsabilidade tributária por definição legal, na ocasião da Nota Fiscal/Fatura.

14.3 A CONTRATADA declara haver levado em conta, na apresentação de sua Proposta de Preços, os tributos incidentes sobre a execução do serviço, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Serão partes integrantes deste contrato:

- a) Edital e Anexos;
- b) Proposta de Preços da CONTRATADA.

15.2 Toda e qualquer comunicação, entre as partes, será sempre feita por escrito, devendo as correspondências encaminhadas pela CONTRATADA serem protocoladas, pois só dessa forma produzirão efeito.

15.3 Aos casos não previstos neste instrumento, aplicar-se-ão os dispositivos estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/93.





CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 Fica eleito o foro da Comarca de Simões Filho, Estado da Bahia, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

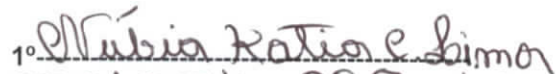
E por estarem assim, justos e contratados, assinam as partes este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.


Simões Filho, 13 de Maio de 2016.


MUNICÍPIO DE SIMÕES FILHO
Danilo Gonçalves Santos da Costa


MATERIA PRIMA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA-ME
Sandra Maria Grangeon Galvão

Testemunhas:

1º 
CPF 655540895-49


2º _____
CPF 146.124.945-00





ANEXO ÚNICO

AO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 0046/16-PMSF
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QUANT	TOTAL UNITARIO	VALOR TOTAL
01	REFEIÇÕES PRONTAS: (QUENTINAS) SESP – ALMOÇO	UN	28.800	15,20	437.760,00
VALOR GLOBL DO CONTRATO					R\$ 437.760,00





CARDÁPIOS
CARDÁPIO QUENTINHAS SUGERIDO
SESP
ALMOÇO

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
ALMOÇO:	ALMOÇO:	ALMOÇO:	ALMOÇO:	ALMOÇO:	ALMOÇO:	ALMOÇO:
- Feijão de caldo	- Feijão de caldo	- Feijão tropeiro	- Feijão de caldo	- Feijão fradinho	-Feijão tropeiro	- Feijão tropeiro
- Macarrão	- Arroz	- Arroz	- Macarrão	- Arroz	-Arroz	- Arroz
- Ensopado de frango	- Ensopado de carne	- Bife de caldo	- Frango assado	- Ensopado de peixe	-Carne do sol	- Bife de caldo
- Purê de batata	- Salada cozida (cenoura, chuchu, batata)	- Vinagrete	- Salada crua (alface, pepino, tomate)	- Salada crua (couve, Cenoura)	- Vinagrete	- Frigideira de legumes
-Farinha de mandioca	- Farinha de mandioca	- Farinha de mandioca	- Farinha de mandioca	- Farinha de mandioca	-Farinha de mandioca	- Farinha de mandioca
- Suco de goiaba	- Suco de cajá	- Suco de manga	- Suco de manga	- Suco de caju	-Suco de caju	- Suco de caju
- Sobremesa: doce de leite	- Sobremesa: banana	- Sobremesa: laranja	- Sobremesa: laranja	-Sobremesa: doce de banana	-Sobremesa: doce de goiaba	-Sobremesa: doce de goiaba

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS
P.M.S.F.



ALMOÇO E JANTAR - PERCAPTA FINAL
SESP

ESPECIFICAÇÕES	COMPOSIÇÃO	GRAMATURA/PERCAPTA FINAL
SALADA CRUA OU COZIDA	Batata, abóbora, cenoura, chuchu, vagem, beterraba, quiabo, Folhosos, acelga, pepino, tomate.	80g
ARROZ TIPO 1	Arroz branco	150g
MACARRAO	Massa com ou sem ovos.	100g
FEIJAO	Fradinho, mulatinho, preto.	190g
CARNE BOVINA OU FRANGO OU PEIXE	Carne bovina: acém ou coxão mole ou músculo / Carne frango: peito, coxa e sobrecoxa/ Peixe: filé de merluza, posta de corvina, cação.	Bovina: 200g Frango Com osso: 250g Frango Sem osso: 200g Peixe: 200g
SOBREMESA FRUTA	Melão, melancia, abacaxi, laranja, banana.	180g/01und
SOBREMESA DOCE	Industrializado, caseiro	40g
FARINHA DE MANDIOCA	Farinha de mandioca	80g
SUCO	Polpa de frutas	250 ml

QUANTITATIVO POR SECRETARIA

SECRETARIA	ALMOÇO			JANTA			TOTAL POR SECRETARIA		
	DIARIAS	MENSAL	ANUAL	DIARIAS	MENSAL	ANUAL	DIARIO	MENSAL	ANUAL
SESP (DE SEGUNDA A SÁBADO - 6 DIAS POR SEMANA)	100	2.400	28.800	-	-	-	100	2.400	28.800

PROCURADORIA JURÍDICA
P.M.S.F.



ESPECIFICAÇÃO

3. DA ENTREGA E DA FISCALIZAÇÃO

3.1. Os itens adquiridos serão entregues de forma parcelada, definida em razão das necessidades da Secretaria solicitante, e efetuada no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. A mesma deverá conter as quantidades a serem entregues.

3.2. O fornecimento das refeições deverá ser entregue da seguinte forma:

b) Para a Secretaria de Serviços Públicos deverá ser entregue às 11:00 horas o almoço, de segunda a sábado na Rua Marechal Hermes da Fonseca, s/n, Ponto Parada, Simões Filho (Casa do Gari);

b) **Secretaria de Serviços Públicos** o servidor: **ISMAEL DAVI DOS REIS**, Coordenador de Limpeza Urbana, matrícula nº 938381, Tel 32968300.

3.4 O fiscal do contrato poderá recusar ou solicitar que seja feito ou substituído qualquer item que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas neste Termo de Referência.

3.5 O fiscal do contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas de serviço para fins de pagamento.

3.6 As refeições deverão ser acondicionadas em embalagens individuais de isopor branca, devidamente fechadas com a tampa de isopor branca, acompanhadas de talheres descartáveis resistentes: garfos, facas, colheres em quantidade suficiente e de acordo com o número de refeições.

3.7 As refeições devem ser transportadas em acondicionamento térmico que garanta a temperatura e a qualidade da alimentação fornecida;

3.8 As refeições deverão ser preparadas pela CONTRATADA, nas suas dependências, devidamente equipada de acordo com as normas da vigilância sanitária;

3.9 As refeições devem ser entregues diariamente nos locais acima indicados, ao FISCAL do contrato, conforme o quantitativo diário a ser informado pelo FISCAL mediante ordem de serviço.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Entregar na data apazada e no local determinado as refeições de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência.

6.2. Permanecer devidamente registrada no Conselho Regional de Nutricionistas de sua jurisdição, e possuir Nutricionista responsável técnico.

6.3. Responder, por quaisquer danos que venha a causar a União, Estado, Município ou a Terceiros, em função do objeto do contrato firmado.

6.4. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, tais como: transporte, frete, carga e descarga, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE.

6.5. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução do fornecimento, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados ao CONTRATANTE no prazo de 48 horas do fato, ou da ordem expressa e escrita do mesmo.

6.6. Manter durante toda a execução do contrato as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.7. Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao contrato, além de se responsabilizar por todas as questões trabalhistas referente aos seus empregados.

6.8. Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão de obra para a execução completa eficiente do transporte e entrega das refeições.

6.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

6.10. Acatar as normas e condições do edital e anexos que integram este processo, independente de transcrição.





6.11. As refeições deverão ser preparadas pela CONTRATADA em local próprio, devidamente equipado e em condições adequadas ao pleno funcionamento, de acordo com as normas de vigilância sanitária.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Dar ciência a CONTRATADA de quaisquer modificações que venham a ocorrer neste contrato.

7.2. Recusar os itens entregues fora das especificações exigidas ou quando não esteja em conformidade com os padrões de qualidade e prazos de validade, dando ciência dos motivos de recusa á contratada que assumirá todas as despesas daí decorrentes.

7.3. Atestar as notas fiscais/faturas, por servidor competente, emitidas pela CONTRATADA, recusando-o as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas.

7.4. Fiscalizar a execução do contrato.

7.5. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições de procedimento.


PROCURADORIA JURÍDICA
P.M.S.F. 11 